

PROCESSO SELETIVO

Caderno de Provas

Data de aplicação: 10/03/2013

106 - ADI - Nível Superior Pleno – Controle Interno-Auditoria

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES

CHAVE DE SEGURANÇA:
PLECIA

1. Confira se seu CADERNO DE PROVAS corresponde ao cargo escolhido em sua inscrição. Este caderno contém setenta questões objetivas, corretamente ordenadas de 1 a 70, uma prova discursiva e uma folha rascunho.
2. Caso esteja incompleto ou contenha algum defeito, solicite ao fiscal de sala que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
3. O CARTÃO-RESPOSTA e a FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO, que serão entregues pelo fiscal durante a prova, são os únicos documentos válidos para a correção das questões objetivas e da prova discursiva expostas neste caderno.
4. Quando o CARTÃO-RESPOSTA estiver em suas mãos, confira-o para saber se está em ordem e se corresponde ao seu nome. Em caso de dúvidas, solicite orientação ao fiscal.
5. Ao receber a sua FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO para a elaboração de sua resposta para a prova discursiva, verifique imediatamente se o número de sequência (canto superior direito) confere com o número impresso no seu CARTÃO-RESPOSTA.
6. No CARTÃO-RESPOSTA, a marcação das letras correspondente às suas respostas deve ser feita com caneta esferográfica azul ou preta. O preenchimento é de sua exclusiva responsabilidade.
7. Não danifique o CARTÃO-RESPOSTA ou a FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO, pois em hipótese alguma haverá substituição por erro do candidato.
8. Para cada uma das questões objetivas são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras: A, B, C, D e E, havendo apenas uma que responde ao quesito proposto. O candidato deve assinalar uma resposta. Marcação rasurada, emendada, com campo de marcação não preenchido ou com marcação dupla não será considerada.
9. A duração total das provas objetiva e discursiva é de 5 horas, incluindo o tempo destinado à identificação - que será feita no decorrer da prova -, à transcrição do texto para a FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO da prova discursiva e ao preenchimento do CARTÃO-RESPOSTA.
10. Reserve, no mínimo, os 25 minutos finais para preencher o CARTÃO-RESPOSTA e a FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO. Não será concedido tempo adicional para o preenchimento.
11. Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, 1 hora após o início das provas e poderá levar este caderno somente no decurso dos últimos 60 minutos anteriores ao horário determinado para o seu término.
12. É terminantemente proibido ao candidato copiar seus assinalamentos feitos no CARTÃO-RESPOSTA da prova objetiva.
13. Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem a autorização do fiscal de sala.
14. Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe o CARTÃO-RESPOSTA, a FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO e deixe o local de prova.



INFORMAÇÕES

- **11/03/2013** - A partir das 15h (horário de Brasília) – Divulgação do Gabarito Preliminar das provas objetivas.
- Não serão conhecidos os recursos em desacordo com o estabelecido em edital normativo.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
- **A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou no CARTÃO-RESPOSTA poderá implicar a anulação da sua prova.**

QUESTÃO 1

O art. 70, da Constituição Federal, que trata da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, diz textualmente que:

- (A) Quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle interno de cada Poder.
- (B) Quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.
- (C) Quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, somente com a aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo.
- (D) Quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, não aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle interno de cada Poder.
- (E) Quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, somente com a aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

QUESTÃO 2

De acordo com o art. 71 da Constituição Federal, o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

- I. Apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio, que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.
- II. Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Federal, e as contas daqueles que derem causa à perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.
- III. Apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.

IV. Realizar, por iniciativa própria, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de comissão técnica ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, excluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Federal.

V. Fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II, III e IV, apenas.
- (B) I, II, III e V, apenas.
- (C) todas.
- (D) I, II, IV e V, apenas.
- (E) I, III, IV e V, apenas.

QUESTÃO 3

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 74, dispõe que os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

- I. Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
- II. Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
- III. Comprovar, por meio de relatórios e documentos, os contratos avaliados por entidades de direito público.
- IV. Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
- V. Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II, IV e V, apenas.
- (B) I, II, III e V, apenas.
- (C) I, II, III e IV, apenas.
- (D) todas.
- (E) I, III, IV e V, apenas.

QUESTÃO 4

A Constituição da República Federativa do Brasil, em seu art. 1º, estabelece que a República, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos:

- (A) A soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e pluralismo político.
- (B) A soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e singularismo social.
- (C) A soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, o laicismo, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e pluralismo social.
- (D) A soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, o laicismo, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e pluralismo político.
- (E) A soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e singularismo político.

QUESTÃO 5

O Art. 5º da Constituição de 1988 diz textualmente que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, citando os termos que garantem esta igualdade. Identifique a alternativa que não corresponda ao que preconiza o citado artigo.

- (A) Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição.
- (B) Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.
- (C) Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante.
- (D) É livre a manifestação do pensamento, não sendo vedado o anonimato.
- (E) É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.

QUESTÃO 6

As atividades a cargo do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal são exercidas mediante a utilização das técnicas de auditoria e fiscalização, que se constituem no conjunto de processos que viabilizam o alcance dos macro-objetivos do Sistema. Assim, podemos definir auditoria como sendo:

- (A) O conjunto de técnicas que visa fiscalizar a gestão pública, pelos processos e resultados gerenciais, e a aplicação de recursos públicos por entidades de direito público e privado, mediante a confrontação entre uma situação encontrada com um determinado critério técnico, operacional ou legal.
- (B) O conjunto de técnicas que visa fiscalizar a gestão pública, pelos processos e resultados financeiros, e a aplicação de recursos públicos por entidades de direito público e privado, mediante a evidenciação entre uma situação encontrada com um determinado critério técnico, operacional ou legal.
- (C) O conjunto de técnicas que visa avaliar a gestão pública, pelos processos e resultados gerenciais, e a aplicação de recursos públicos por entidades de direito público e privado, mediante a confrontação entre uma situação encontrada com um determinado critério técnico, operacional ou legal.
- (D) O conjunto de ações aleatórias que visa avaliar a gestão pública, pelos processos e resultados gerenciais, e a aplicação de recursos públicos por entidades de direito público e privado, mediante a evidenciação entre uma situação encontrada com um determinado critério técnico, operacional ou legal.
- (E) O conjunto de ações aleatórias que visa avaliar a gestão pública, pelos processos e resultados financeiros, e a aplicação de recursos públicos por entidades de direito público e privado, mediante a confrontação entre uma situação encontrada com um determinado critério técnico, operacional ou legal.

QUESTÃO 7

Podemos classificar a auditoria em cinco tipos distintos, quais sejam:

- (A) Avaliação Financeira, Acompanhamento da Gestão, Auditoria Contábil, Operacional e Eventual.
- (B) Avaliação da Gestão, Evidenciação da Gestão, Auditoria Contábil, Operacional e Especial.
- (C) Avaliação da Gestão, Acompanhamento da Gestão, Auditoria Contábil, Operacional e Especial.
- (D) Avaliação da Gestão, Acompanhamento da Gestão, Auditoria Contábil, Operacional e Eventual.
- (E) Avaliação Financeira, Evidenciação da Gestão, Auditoria Contábil, Periódica e Especial.

QUESTÃO 8

A auditoria contábil é utilizada por empresas públicas e privadas, preponderantemente para a emissão de pareceres anexos às demonstrações contábeis. No âmbito público, como podemos definir seu campo de atuação?

- (A) Compreende o exame dos registros e documentos e a coleta de informações e confirmações, mediante procedimentos específicos, pertinentes ao controle do patrimônio de uma unidade, entidade ou projeto.
- (B) Emite opinião com vistas a certificar a regularidade das contas, verifica a execução de contratos, acordos, convênios ou ajustes.
- (C) Atua em tempo real sobre os atos efetivos e os efeitos potenciais positivos e negativos de uma unidade ou entidade federal, evidenciando melhorias e economias existentes no processo ou prevenindo gargalos ao desempenho da sua missão institucional.
- (D) Objetiva o exame de fatos ou situações consideradas relevantes, de natureza incomum ou extraordinária, sendo realizado para atender a determinação expressa de autoridade competente.
- (E) Avalia as ações gerenciais e os procedimentos relacionados ao processo operacional, ou parte dele, das unidades ou entidades da administração pública federal, programas do governo, projetos, atividades, ou segmentos destes, com a finalidade de emitir uma opinião sobre a gestão quanto aos aspectos da eficiência, eficácia e economicidade.

QUESTÃO 9

A Lei nº 11.638 de 2007, que alterou a Lei nº 6.404 de 1976, instituiu as demonstrações contábeis obrigatórias, para as sociedades anônimas. Essa lei é aplicável às sociedades anônimas de capital fechado e capital aberto. Para as sociedades anônimas de capital aberto, as demonstrações contábeis obrigatórias são:

- (A) Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados Abrangente, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados.
- (B) Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados Abrangente, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.
- (C) Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.
- (D) Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados.
- (E) Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, Demonstração do Valor Adicionado e Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados.

QUESTÃO 10

A empresa Alpha S.A. apurou, em 31/12/X0, um lucro líquido de R\$ 230.000,00, antes da provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro e das participações estatutárias. As normas internas dessa empresa mandam destinar o lucro do exercício para reserva legal (5%); para reservas estatutárias (10%); para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro (25%); e para dividendos (30%). Além disso, no presente exercício, a empresa determinou a destinação de R\$ 50.000,00 para participações estatutárias no lucro, sendo R\$ 20.000,00 para os diretores e R\$ 30.000,00 para os empregados. Na contabilização do rateio indicado, pode-se dizer que ao pagamento dos dividendos coube a importância de:

- (A) R\$ 39.000,00
- (B) R\$ 33.150,00
- (C) R\$ 35.700,00
- (D) R\$ 37.050,00
- (E) R\$ 34.627,50

QUESTÃO 11

A Cia Beta apresentava apenas os seguintes saldos nas contas do seu Patrimônio Líquido, em 31/12/X8:

Capital Social	R\$ 1.000,00
Reserva Legal	R\$ 180,00
Total do PL	R\$ 1.180,00

Em X9, a empresa obteve um lucro líquido de R\$1.000,00. Em seu estatuto social, a empresa determina a distribuição do dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado, de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/76. A empresa somente irá realizar a assembleia para aprovação dos dividendos em X10. Considerando que a empresa segue todas as determinações legais e as normas estabelecidas pelo CPC, e aprovadas pelo CFC, assinale a alternativa que indica o valor total do PL em 31/12/X9.

- (A) R\$ 1.930,00
- (B) R\$ 1.943,00
- (C) R\$ 2.180,00
- (D) R\$ 2.080,00
- (E) R\$ 1.935,00

QUESTÃO 12

Em 31 de dezembro de 2001 o Patrimônio Líquido da S/A Empresa Lambda apresentava a seguinte composição, em ordem alfabética:

Capital a integralizar	R\$ 60.000,00
Capital Social	R\$ 548.000,00
Lucros Acumulados	R\$ 17.000,00
Outras Reservas de Lucro	R\$ 80.000,00
Reservas de Capital	R\$ 40.000,00
Reserva Legal	R\$ 25.000,00

No mesmo exercício a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados no exercício de 2001 apresentou os seguintes componentes, exceto a Reserva Legal:

Ajuste Credor do Saldo Inicial	R\$ 2.700,00
Dividendos Propostos	R\$ 30.000,00
Lucro Líquido do Exercício	R\$ 140.000,00
Reservas de Contingências	R\$ 8.000,00
Reservas Estatutárias	R\$ 4.000,00
Reservas de Lucros a Realizar	R\$ 5.000,00
Reversão de Reservas	R\$ 2.000,00
Saldo Inicial – Prejuízos Acumulados	R\$ 77.700,00

Considerando, exclusivamente, os dados fornecidos, podemos dizer que a parcela de lucro destinada à constituição da Reserva Legal no exercício foi de:

- (A) R\$ 7.000,00
- (B) R\$ 4.600,00
- (C) R\$ 3.250,00
- (D) R\$ 3.115,00
- (E) R\$ 3.000,00

QUESTÃO 13

Conforme o item do § 1º da IN 01 de 15 de janeiro de 1997, pode-se definir Convênio da seguinte forma:

- (A) Instrumento particular que discipline a transferência de recursos públicos e tenha como partícipe órgão da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional, empresa pública ou sociedade de economia mista que estejam gerindo recursos dos orçamentos da União, visando à execução de programas de trabalho, projeto/atividade ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação.
- (B) Instrumento público que discipline a transferência de recursos públicos e tenha como partícipe órgão da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional, empresa pública ou sociedade de economia mista que estejam gerindo recursos dos orçamentos da União, visando à execução de programas de trabalho, projeto/atividade ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação.
- (C) Instrumento qualquer que discipline a transferência de recursos públicos e tenha como partícipe órgão da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional, empresa pública ou sociedade de

economia mista que estejam gerindo recursos dos orçamentos da União, visando à execução de programas de trabalho, projeto/atividade ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação.

- (D) Instrumento público que discipline o envio de recursos públicos e tenha como partícipe órgão da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional, empresa pública ou sociedade de economia mista que estejam gerindo recursos dos orçamentos da União, visando à execução de programas de trabalho, projeto/atividade ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação.
- (E) Instrumento particular que discipline o envio de recursos públicos e tenha como partícipe órgão da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional, empresa pública ou sociedade de economia mista que estejam gerindo recursos dos orçamentos da União, visando à execução de programas de trabalho, projeto/atividade ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação.

QUESTÃO 14

Segundo a IN 01 de 15 de janeiro de 1997, art. 2º, o convênio será proposto pelo interessado ao titular do Ministério, órgão ou entidade responsável pelo programa, mediante a apresentação do Plano de Trabalho, que conterà, em seus três primeiros itens, as seguintes informações:

- (A) Etapas ou fases da execução do objeto, com indicação do fim; plano de aplicação dos recursos a serem reembolsados pelo concedente e a contrapartida financeira do proponente, se for o caso, para cada projeto ou evento; cronograma de reembolso.
- (B) Razões que expliquem a celebração do convênio; descrição sucinta do objeto a ser executado; descrição das metas a serem atingidas, quantitativamente.
- (C) Razões que justifiquem a celebração do convênio; descrição completa do objeto a ser executado; descrição das metas a serem atingidas, qualitativa e quantitativamente.
- (D) Etapas ou fases da execução do objeto, com indicação do início e fim; plano de aplicação dos recursos a serem reembolsados pelo concedente e a contrapartida financeira do proponente, se for o caso, para cada projeto ou evento; cronograma de reembolso.
- (E) Etapas ou fases da execução do objeto, com indicação do início e fim; plano de aplicação dos recursos a serem reembolsados pelo concedente e a contrapartida financeira do proponente, se for o caso, para cada projeto ou evento; cronograma de desembolso.

QUESTÃO 15

Conforme o art. 7º constante da IN 01 de 15 de janeiro de 1997, o convênio conterà, expressa e obrigatoriamente, cláusulas estabelecendo, entre outras, as seguintes condições:

- I. O objeto e seus elementos característicos com a descrição detalhada, objetiva, clara e precisa do que se pretende realizar ou obter, em consonância com o Plano de Trabalho, que integrará o Convênio independentemente de transcrição.
- II. A obrigação de cada um dos partícipes, inclusive a contrapartida.
- III. A vigência, que deverá ser fixada de acordo com o prazo previsto para a consecução do objeto e em função das metas estabelecidas.
- IV. A obrigação do concedente de prorrogar “de ofício” a vigência do convênio, quando houver atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado.
- V. A prerrogativa da União, exercida pelo órgão ou entidade responsável pelo programa, de conservar a autoridade normativa e exercer controle e fiscalização sobre a execução, bem como de assumir ou transferir a responsabilidade pelo mesmo, no caso de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar a descontinuidade do serviço.

Está correto o que se afirma em:

- (A) todas.
- (B) I, III, IV e V, apenas.
- (C) I, II, IV e V, apenas.
- (D) I, II, III e V, apenas.
- (E) II, III, IV e V, apenas.

QUESTÃO 16

Conforme o art. 30 da IN 01 de 15 de janeiro de 1997, sobre a comprovação de despesas, pode-se afirmar que:

- (A) As despesas serão comprovadas mediante documentos originais fiscais ou equivalentes, devendo as faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios serem emitidos em nome do conveniente ou do executor, devidamente identificados com referência ao título e número do convênio.
- (B) As despesas serão comprovadas mediante cópias dos documentos originais fiscais ou equivalentes, devendo as faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios serem emitidos em nome do conveniente ou do executor, devidamente identificados com referência ao título e número do convênio.
- (C) As despesas serão comprovadas mediante documentos originais fiscais ou equivalentes, devendo as faturas, tickets, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios serem emitidos em nome do proponente ou do executor, devidamente identificados com referência ao título e número do convênio.
- (D) As despesas serão comprovadas mediante cópias dos documentos originais fiscais ou equivalentes, devendo as faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios serem emitidos em nome do proponente ou do executor, devidamente identificados com referência ao título e número do convênio.

- (E) As despesas serão comprovadas mediante documentos originais fiscais ou equivalentes, devendo as faturas, tickets, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios serem emitidos em nome do conveniente ou do executor, devidamente identificados com referência ao título e número do convênio.

QUESTÃO 17

No que tange à prestação de contas, a IN 01 de 1997, em seu art. 31, é bastante clara e diz textualmente que:

- (A) A partir da data do recebimento da prestação de contas final, o ordenador de despesa da unidade concedente, com base nos documentos e à vista do pronunciamento da unidade técnica responsável pelo programa do órgão ou entidade concedente, terá o prazo de 40 (quarenta) dias para pronunciar-se sobre a aprovação ou não da prestação de contas apresentada, sendo 25 (vinte e cinco) dias para o pronunciamento da referida unidade técnica e 15 (quinze) dias para o pronunciamento do ordenador de despesa.
- (B) A partir da data do recebimento da prestação de contas final, o ordenador de despesa da unidade proponente, com base nos documentos e à vista do pronunciamento da unidade técnica responsável pelo programa do órgão ou entidade proponente, terá o prazo de 90 (noventa) dias para pronunciar-se sobre a aprovação ou não da prestação de contas apresentada, sendo 45 (quarenta e cinco) dias para o pronunciamento da referida unidade técnica e 45 (quarenta e cinco) dias para o pronunciamento do ordenador de despesa.
- (C) A partir da data do recebimento da prestação de contas final, o ordenador de despesa da unidade proponente, com base nos documentos e à vista do pronunciamento da unidade técnica responsável pelo programa do órgão ou entidade proponente, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para pronunciar-se sobre a aprovação ou não da prestação de contas apresentada, sendo 45 (quarenta e cinco) dias para o pronunciamento da referida unidade técnica e 15 (quinze) dias para o pronunciamento do ordenador de despesa.
- (D) A partir da data do recebimento da prestação de contas final, o ordenador de despesa da unidade concedente, com base nos documentos e à vista do pronunciamento da unidade técnica responsável pelo programa do órgão ou entidade concedente, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para pronunciar-se sobre a aprovação ou não da prestação de contas apresentada, sendo 45 (quarenta e cinco) dias para o pronunciamento da referida unidade técnica e 15 (quinze) dias para o pronunciamento do ordenador de despesa.
- (E) A partir da data do recebimento da prestação de contas final, o ordenador de despesa da unidade concedente, com base nos documentos e à vista do pronunciamento da unidade técnica responsável pelo programa do órgão ou entidade concedente, terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias para pronunciar-se sobre a aprovação ou não da prestação de contas apresentada, sendo 60 (sessenta) dias para o pronunciamento da referida unidade técnica e 60 (sessenta) dias para o pronunciamento do ordenador de despesa.

QUESTÃO 18

A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá, conforme o art. 37 da Constituição da República, a cinco princípios básicos:

- (A) Legalidade, pessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- (B) Legalidade, impessoalidade, observância, transparência e eficiência.
- (C) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficácia.
- (D) Legalidade, pessoalidade, observância, publicidade e eficácia.
- (E) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

QUESTÃO 19

Uma empresa realizou a venda de uma máquina por R\$ 10.000,00; logo após realizou a locação desta mesma máquina pelo montante de R\$ 800,00 por mês, por um período de 24 meses. Considere que na primeira operação foram emitidas as notas fiscais de venda e realizada a baixa no ativo imobilizado e, na segunda operação, foi celebrado um contrato de locação e o respectivo reconhecimento da despesa no resultado. Determine qual(is) princípio(s) deve(m) ser observado(s).

- (A) Registro pelo valor original.
- (B) Princípio da essência sobre a forma.
- (C) Competência.
- (D) Realização da receita.
- (E) Registro pelo valor original e realização da receita.

QUESTÃO 20

Uma empresa do ramo industrial realizou operações de aquisição de máquinas e equipamentos, por meio do Financiamento Nacional de Máquinas e Equipamentos (FINAME) e fez o pagamento de impostos parcelados no exercício anterior. Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, onde estão evidenciadas as atividades operacionais, de investimentos e financiamentos, podemos afirmar que houve:

- (A) Aumento nas Atividades de Financiamento e diminuição nas Atividades Operacionais.
- (B) Diminuição nas Atividades de Financiamento e Aumento nas Atividades Operacionais.
- (C) Aumento nas Atividades de Investimentos e diminuição nas Atividades de Financiamento.
- (D) Aumento nas Atividades de Operacionais e diminuição nas Atividades de Investimentos.
- (E) Aumento nas Atividades de Financiamento e aumento nas Atividades Operacionais.

QUESTÃO 21

Segundo o art. 9º da Lei nº 11.080/2004, são obrigações da ABDI:

- I. Apresentar, anualmente, ao Poder executivo, até 31 de janeiro, relatório circunstanciado sobre a execução do contrato de gestão no exercício anterior, com a prestação de contas dos recursos públicos nele aplicados, a avaliação geral do contrato de gestão e as análises gerenciais cabíveis.
- II. Remeter ao Tribunal de Contas da União, até 31 de março do ano seguinte ao término do exercício financeiro, as contas da gestão anual aprovadas pelo Conselho Deliberativo.
- III. Articular-se com os órgãos públicos e entidades privadas para o cumprimento de suas finalidades.
- IV. Disponibilizar informações técnicas, creditícias, entre outras, que contribuam para o desenvolvimento industrial brasileiro.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I e II, apenas.
- (C) IV, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I e IV, apenas.

QUESTÃO 22

Segundo o art. 4º do Decreto nº 5.352/2005, o Conselho Deliberativo, órgão superior de direção da ABDI, é responsável pelas seguintes matérias, além daquelas estabelecidas no estatuto social:

- I. Aprovar o estatuto social da entidade.
- II. Aprovar a política de atuação institucional, em consonância com o contrato de gestão celebrado com o Poder Executivo.
- III. Elaborar e executar o planejamento estratégico.
- IV. Elaborar plano de gestão de pessoal e plano de cargos, salários e benefícios, assim como definir o quadro de pessoal da entidade.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I e II, apenas.
- (C) IV, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I e IV, apenas.

QUESTÃO 23

Sobre o processo de Pregão Eletrônico da ABDI, está correto o que se afirma em:

- (A) A comissão de licitação, antes de declarar o vencedor, promoverá a abertura e a verificação da documentação relativa à habilitação do licitante que, na ordenação feita pelo pregoeiro, apresentou o menor preço.
- (B) Da desclassificação das propostas de preço somente caberá pedido de reconsideração à própria comissão de licitação, com a justificativa de suas razões, a ser apresentado, de imediato, oralmente ou por escrito, na mesma sessão pública em que vier a ser proferida.
- (C) Iniciada a fase de lances, os autores das propostas classificadas não poderão oferecer mais lances, seja por restrições de quantidade ou de qualquer ordem classificatória ou cronológica específica.
- (D) Na hipótese de haver lances iguais prevalecerá, como critério de desempate, o de melhor qualidade ou o lance que tiver sido primeiramente registrado.
- (E) Por iniciativa do pregoeiro, o sistema eletrônico emitirá aviso de que terá início prazo aleatório de até 30 (trinta) minutos para o encerramento da fase de lances, findo o qual estará automaticamente encerrada a recepção de lances.

QUESTÃO 24

O Serviço Social Autônomo, denominado como Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), tem a finalidade de:

- (A) Acompanhar sistematicamente as políticas públicas nos Estados e Municípios que integram o grupo de políticas públicas de comércio exterior e de ciência e tecnologia.
- (B) Fiscalizar junto ao poder público, subordinado ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, os contratos celebrados entre as indústrias nacionais e internacionais.
- (C) Organizar, em conformidade com o Programa Nacional de Atividades Industriais, um Programa de Aceleração do Crescimento que permita a indústria brasileira expandir seu mercado.
- (D) Promover a execução de políticas de desenvolvimento industrial, especialmente as que contribuam para a geração de empregos, em consonância com as políticas de comércio exterior e de ciência e tecnologia.
- (E) Promover o desenvolvimento social junto às autarquias Estaduais e Municipais no que diz respeito à educação tecnológica e acesso ao mercado de trabalho.

QUESTÃO 25

Sobre a celebração de contratos, está correto o que se afirma em:

- (A) A prestação de garantia, quando prevista no instrumento convocatório, limitada a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, será realizada, impreterivelmente, na modalidade de caução em dinheiro.
- (B) O contratado poderá subcontratar partes do objeto contratual, se admitido no instrumento convocatório e no respectivo contrato, desde que mantida sua responsabilidade perante a ABDI, podendo firmar, inclusive, a subcontratação com licitante que tenha participado do procedimento licitatório.
- (C) O instrumento de contrato é obrigatório no caso de concorrência, inclusive quando se tratar de bens para entrega imediata e nas demais modalidades de licitação.
- (D) O inadimplemento total ou parcial das obrigações contratuais assumidas dará à contratante o direito de rescindir o contrato, agregando prejuízo e outras penalidades previstas no instrumento convocatório ou no contrato, inclusive a de suspensão do direito de licitar ou contratar com a ABDI por prazo de, no mínimo, 2 (dois) anos.
- (E) Os contratos serão escritos e suas cláusulas indicarão necessariamente o seu objeto, com a especificação da obra, serviço ou fornecimento, conforme o caso, o preço ajustado, o prazo de execução, além de outras condições previamente estabelecidas no instrumento convocatório.

QUESTÃO 26

O registro de preço, sempre precedido de concorrência ou de pregão, poderá ser utilizado nas seguintes hipóteses:

- I. Quando for mais conveniente que a aquisição demande entrega ou fornecimento parcelado.
- II. Quando, pelas características do bem ou do serviço, houver a necessidade de aquisições frequentes.
- III. Quando não for possível estabelecer, previamente, o quantitativo exato para o atendimento das necessidades.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) I, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) III, apenas.

QUESTÃO 27

Segundo o Estatuto do Serviço Social Autônomo – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI, faz parte de suas competências:

- (A) Autorizar a admissão de pessoal, condicionada à existência de vagas no quadro aprovado pelo Conselho Deliberativo.
- (B) Cumprir e fazer cumprir o contrato de gestão celebrado com o Poder Executivo.
- (C) Deliberar sobre as demonstrações contábeis elaboradas pela Diretoria Executiva (DIREX).
- (D) Elaborar a proposta do regulamento de licitações e de contratos e suas posteriores alterações.
- (E) Promover a articulação interinstitucional e harmonizar as ações de execução das políticas públicas.

QUESTÃO 28

Sobre o Presidente do Conselho Deliberativo, não faz parte das suas atribuições:

- (A) Convocar e presidir as reuniões do Conselho Deliberativo.
- (B) Dar posse aos Presidentes e Diretores da ABDI, nomeados pelo Presidente da República.
- (C) Fiscalizar, por delegação do Poder Executivo, o cumprimento do contrato de gestão.
- (D) Propor ao Conselho Deliberativo a contratação de serviços contábeis e de auditoria independente para auxiliar os trabalhos do Conselho Fiscal.
- (E) Tornar públicas e fazer cumprir as deliberações do Conselho Deliberativo.

QUESTÃO 29

Representar política e socialmente a ABDI, convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva (DIREX) e decidir sobre os atos de dispensa e movimentação de pessoal são algumas das atribuições do(s):

- (A) Diretores da ABDI.
- (B) Diretor de Recursos Humanos.
- (C) Diretor Geral da ABDI.
- (D) Presidente da ABDI.
- (E) Presidente da República.

QUESTÃO 30

Os termos e condições do contrato de gestão entre a União e a ABDI devem ser definidos:

- (A) Pela Advocacia Geral da União e Presidência da ABDI.
- (B) Pela Casa Civil da Presidência da República e Presidência da ABDI.
- (C) Pela Controladoria Geral da União e DIREX da ABDI.
- (D) Pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e DIREX da ABDI.
- (E) Pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e a DIREX da ABDI.

QUESTÃO 31

Na elaboração dos orçamentos de obras existem dois componentes que, juntos, determinam o seu preço final: os custos diretos e as Bonificações e Despesas Indiretas (BDI). O BDI é um componente, uma taxa aplicada sobre o custo direto com vistas a contemplar as despesas indiretas e o lucro da construtora, e pode ser dividido em cinco grandes blocos de despesas:

- I. Despesas de Administração Central.
- II. Reserva técnica para serviços terceirizados.
- III. Taxa de Risco de Execução ou Reserva de Contingência.
- IV. Tributos.
- V. Lucro.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II, III, IV e V.
- (B) I, III, IV e V, apenas.
- (C) I, II, IV e V, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) III, IV e V, apenas.

QUESTÃO 32

Sobre a aquisição, locação e arrendamentos de imóveis pelas entidades do Sistema “S”, assinale a alternativa correta.

- (A) Devem sempre ser precedidos de, no mínimo, duas avaliações (sendo uma feita por órgão oficial da administração pública, como por exemplo, a Caixa).
- (B) Em virtude do princípio da economicidade, a avaliação física do prédio passou a tornar-se facultativa (Lei nº 6.404/1976).
- (C) Nas locações de imóveis pertencentes às respectivas federações/confederações, a avaliação do imóvel é facultativa.
- (D) Os preços dos aluguéis, aquisições de imóveis e alienações devem ser compatíveis com os cobrados no mercado local podendo ultrapassar, no máximo, 25% (vinte e cinco por cento) do valor médio local.
- (E) Poderá ser autorizado o aluguel de diferentes imóveis para descentralizar setores da administração, desde que autorizado pelo Presidente da República e pelo Conselho Deliberativo.

QUESTÃO 33

Sobre a contratação de pessoal pelas entidades do Sistema “S”, assinale a alternativa correta.

- (A) A acumulação remunerada de cargos públicos é permitida, desde que seja aplicada ao mesmo departamento de trabalho.
- (B) A contratação deve obedecer aos princípios constitucionais da isonomia, impessoalidade, legalidade e publicidade.
- (C) A investidura em cargo ou emprego público, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, está dispensada de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.
- (D) As atribuições de direção, chefia e assessoramento devem ser preenchidas por meio de concurso público interno.
- (E) O recrutamento externo deve ser evitado, porém pode ser aceito, desde que devidamente justificado.

QUESTÃO 34

A ABDI formalizará ou modificará a relação jurídica com seus parceiros, instituições públicas ou privadas, utilizando-se dos seguintes instrumentos:

1. Acordo de Cooperação Técnica	I. Disciplina a transferência de recursos da ABDI a terceiros, visando à execução de ações de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação.
2. Convênio	II. É utilizado para promover modificações nas cláusulas e condições ajustadas originalmente em convênios e nos acordos de cooperação.
3. Convênio de Patrocínio	III. Instrumento cuja execução não envolva a transferência de recursos entre os partícipes.
4. Termo Aditivo	IV. Regulamenta a transferência de recursos da ABDI com o fim de apoiar, subsidiária e secundariamente, atividades e ações integrantes de projetos de responsabilidade de terceiros, relacionados à atividade fim da ABDI, divulgando também a sua imagem e missão.

A associação correta entre as colunas encontra-se em:

- (A) 1-I, 2-II, 3-III e 4-IV.
- (B) 1-II, 2-III, 3-I e 4-IV.
- (C) 1-III, 2-I, 3-IV e 4-II.
- (D) 1-III, 2-IV, 3-II e 4-I.
- (E) 1-II, 2-I, 3-III e 4-IV.

QUESTÃO 35

O uso do pronome de tratamento tem larga tradição na língua portuguesa, sendo empregado como expediente linguístico de distinção e de respeito, ao dirigir-se às autoridades civis, militares e eclesiásticas. O pronome de tratamento utilizado para as autoridades do Poder Executivo é:

- (A) Vossa Eminência.
- (B) Vossa Excelência.
- (C) Vossa Magnificência.
- (D) Vossa Reverendíssima.
- (E) Vossa Senhoria.

QUESTÃO 36

A clareza deve ser a qualidade básica de todo texto oficial, segundo o Manual de Redação da Presidência da República. No entanto a clareza não é algo que se atinja por si só: ela depende estritamente das demais características da redação oficial. Para ela concorrem:

- (A) A concisão, que faz desaparecer do texto os excessos linguísticos que nada lhe acrescentam.
- (B) A impessoalidade, que evita a unicidade de interpretações.
- (C) A informalidade e padronização, que possibilitam a uniformidade dos textos.
- (D) A pessoalidade, que evita a duplicidade de interpretações.
- (E) O uso do padrão regionalista de linguagem, que em princípio é de entendimento geral.

QUESTÃO 37

As comunicações que partem dos órgãos públicos federais devem ser compreendidas por todo e qualquer cidadão brasileiro. Assim, os textos oficiais, por seu caráter impessoal e por sua finalidade de informar com o máximo de clareza e concisão, requerem:

- (A) Expressões restritas.
- (B) Gírias.
- (C) Jargão Técnico.
- (D) Padrão culto.
- (E) Regionalismos vocabulares.

QUESTÃO 38

O tratamento impessoal que deve ser dado aos assuntos que constam das comunicações oficiais não decorre:

- (A) Da ausência de impressões individuais de quem se comunica.
- (B) Da impessoalidade de quem recebe a comunicação.
- (C) Do destinatário ser concebido de forma heterogênea.
- (D) Do fato de ser dirigida a um cidadão ou a outro órgão público.
- (E) Do caráter impessoal do próprio assunto tratado.

QUESTÃO 39

A Constituição dispõe no artigo 37 que: “A administração pública, direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)”. Sendo a publicidade e a impessoalidade princípios fundamentais de toda administração pública, devem igualmente nortear a elaboração dos:

- (A) Atos e Comunicações Oficiais.
- (B) Atos não normativos.
- (C) Decretos.
- (D) Princípios impessoais.
- (E) Procedimentos uniformes.

QUESTÃO 40

A maneira pela qual o Poder Público redige atos normativos e comunicação denomina-se:

- (A) Informe Normativo.
- (B) Informe Oficial.
- (C) Redação Normativa.
- (D) Redação Oficial.
- (E) Redação Pública.

QUESTÃO 41

Assinale a alternativa correta a respeito dos objetivos da licitação realizada pela ABDI, conforme dispõe o Regulamento de Licitações e Contratos do Serviço Social Autônomo da ABDI.

- (A) A licitação destina-se a selecionar a proposta mais vantajosa para a ABDI e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos, inadmitindo-se critérios que frustrem seu caráter competitivo.
- (B) A licitação é um processo administrativo que se destina a assegurar igualdade de condições a todos que queiram realizar um contrato com a ABDI, disciplinada pela Lei nº 8.666/93 e que estabelece critérios objetivos de seleção das propostas de contratação mais vantajosas para o interesse público.
- (C) Licitação pública é o procedimento administrativo da ABDI que se compõe de uma série encadeada de atos administrativos formais, com cada um deles assumindo sentido próprio, servindo a determinada utilidade, e todos eles em conjunto, propiciando à ABDI a escolha do proponente para com ela celebrar contratos administrativos.

- (D) Licitação é o procedimento administrativo realizado pela ABDI pelo qual uma pessoa governamental, pretendendo alienar, adquirir ou locar bens, realizar obras ou serviços, outorgar concessões, permissões de obra, serviço de uso exclusivo de bem público, segundo condições por ela estipuladas previamente, convoca interessados na apresentação de propostas, a fim de selecionar a que se revele mais conveniente em função de parâmetros antecipadamente estabelecidos e divulgados.
- (E) Licitação, no ordenamento jurídico da ABDI, é o processo administrativo em que a sucessão de fases e atos leva à indicação de quem vai celebrar acordos com a ABDI. Visa, portanto, a selecionar quem vai contratar, por oferecer proposta mais vantajosa ao interesse público. A decisão final do processo licitatório aponta o futuro contratado.

QUESTÃO 42

É incorreto afirmar que a licitação será dispensada, conforme determina o Regulamento de Licitações e Contratos do Serviço Social Autônomo da ABDI:

- (A) Nos casos de calamidade pública ou grave perturbação da ordem pública e nos casos de emergência, quando caracterizada a necessidade de atendimento a situação que possa ocasionar prejuízo ao funcionamento da ABDI ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens.
- (B) Na aquisição, locação ou arrendamento de imóveis, sempre precedida de avaliação e na aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros diretamente de produtor ou fornecedor exclusivo.
- (C) Na aquisição de gêneros alimentícios perecíveis, com base no preço do dia e na contratação de entidade incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, científico ou tecnológico, desde que sem fins lucrativos.
- (D) Na contratação com serviços sociais autônomos ou com órgãos ou entidades integrantes da Administração Pública, quando o objeto do contrato for vinculado às atividades finalísticas do contratado e na aquisição de componentes ou peças necessárias à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto a fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição for indispensável para a vigência da garantia.
- (E) Nos casos de urgência para atendimento de situações comprovadamente imprevistas ou imprevisíveis em tempo hábil para se realizar a licitação e na contratação de pessoas físicas ou jurídicas para ministrar cursos ou prestar serviços de instrução vinculados às atividades finalísticas da ABDI.

QUESTÃO 43

Para a habilitação nas licitações da ABDI, poderá ser exigida dos interessados, no todo ou em parte, conforme se estabelecer no instrumento convocatório, documentação conforme o Regulamento de Licitações e Contratos do Serviço Social Autônomo da ABDI, exceto:

- (A) Habilitação Jurídica: cédula de identidade, prova de registro no órgão competente, no caso de empresário individual, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente, ato de nomeação ou de eleição dos administradores, devidamente registrado no órgão competente, na hipótese de terem sido nomeados ou eleitos em separado, sem prejuízo da apresentação dos demais documentos exigidos pelo Regulamento em tese.
- (B) Qualificação Técnica: registro ou inscrição na entidade profissional competente, documentos comprobatórios de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, comprovação de que recebeu os documentos e de que tomou conhecimento de todas as condições do instrumento convocatório, prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.
- (C) Qualificação Econômico-financeira: balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, balanço de abertura no caso de empresa recém-constituída, que comprovem a situação financeira da empresa, através do cálculo de índices contábeis previstos no instrumento convocatório, certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, garantia de proposta, nas mesmas modalidades e critérios previstos no Regulamento em questão, que será devolvida para o licitante vencedor quando da assinatura do contrato e capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo.
- (D) Regularidade Financeira-fiscal: documentos comprobatórios da solvência da empresa juntos aos cartórios pertinentes, documentos fiscais comprobatórios do mínimo exigido por lei como capital social e juntada de autos de infração expedidos contra a empresa nos últimos cinco anos.
- (E) Regularidade Fiscal: prova de inscrição no CPF ou CNPJ, prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, prova de regularidade para com as Fazendas federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei, prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

QUESTÃO 44

De acordo com o procedimento e o julgamento das propostas e recursos previstos no Regulamento de Licitações e Contratos do Serviço Social Autônomo da ABDI, é correto afirmar que:

- (A) O procedimento da licitação será iniciado com a solicitação formal da contratação, na qual serão definidos o objeto, a estimativa do seu valor e os recursos para atender à receita e despesa, com consequente autorização e pagamento, e a qual serão juntados na abertura os documentos pertinentes, a partir do instrumento convocatório, até o ato final de adjudicação.
- (B) Na definição do objeto, não será admitida a indicação de características ou especificações exclusivas ou marcas, salvo se justificada e ratificada pela autoridade competente.
- (C) Na contratação de obras e serviços de engenharia, o objeto poderá ser especificado com base em projeto que contenha o conjunto de elementos necessários, suficientes e adequados para caracterizar a obra ou o serviço ou o complexo de obras ou serviços.
- (D) O ato convocatório deverá ser impugnado, no todo ou em parte, até dois dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas. Não impugnado o ato convocatório, é decadente o direito de questionar a matéria nele constante.
- (E) Dos resultados da fase de habilitação e do julgamento das propostas caberão recursos fundamentados dirigidos ao Presidente da Comissão por intermédio de advogado, por escrito, no prazo de cinco dias úteis e, na modalidade convite e pregão, dois dias úteis, pelo licitante que se julgar prejudicado.

QUESTÃO 45

Leia as seguintes afirmações a respeito do Regulamento de Licitações e Contratos do Serviço Social Autônomo da ABDI e siga as instruções a seguir.

- I. As empresas deverão participar dos processos licitatórios constituídas na forma de consórcio, obedecidas às disposições legais sobre a matéria, desde que haja autorização expressa no edital, mas não poderão participar das licitações nem contratar com a ABDI seus dirigentes ou empregados.
- II. Os instrumentos convocatórios poderão assegurar à ABDI o direito de cancelar a licitação antes de assinado o contrato, desde que justificadamente.
- III. Na contagem dos prazos estabelecidos no Regulamento em questão excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, considerando-se os dias consecutivos, sem exceções legais, lembrando-se de que somente se iniciam e vencem os prazos em dia de funcionamento da ABDI.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I.
- (B) somente II.
- (C) somente III.
- (D) todas.
- (E) nenhuma.

QUESTÃO 46

É incorreto afirmar, a respeito dos princípios que regem o Regulamento de Convênios da ABDI:

- (A) A ABDI tem por objeto promover a execução de políticas de desenvolvimento industrial, especialmente as que contribuam para a geração de emprego e renda, em consonância com as políticas de comércio exterior e de ciência e tecnologia, podendo para tanto buscar o estabelecimento de parcerias com instituições públicas ou privadas.
- (B) A ABDI articulará com órgãos públicos, entidades privadas sem fins lucrativos, cooperativas ou consórcios o desenvolvimento de ações que contribuam para o desenvolvimento industrial, e, em especial, com os programas e projetos estabelecidos pela Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior.
- (C) A ABDI promoverá a execução de convênios de política industrial com a aplicação de recursos próprios, sendo vedada a aplicação de recursos exclusivamente de terceiros em respeito ao Princípio da Transparência Pública.
- (D) Se a ABDI, em razão do estabelecimento de parceria com terceiros, receber recursos para aplicação em projetos de promoção da execução de políticas de desenvolvimento industrial, observará e fará observar as regras e condições estabelecidas pelas entidades supridoras dos recursos.
- (E) O executor, quando da execução de despesas com os recursos transferidos pela ABDI, se sujeita às regras de direito público, caso seja pessoa jurídica de direito público, ou, em se tratando de pessoa jurídica privada sem fins lucrativos, aos princípios da impessoalidade, moralidade e economicidade, sendo necessárias, nesse caso, no mínimo três cotações prévias de preços no mercado antes da celebração dos contratos.

QUESTÃO 47

A ABDI formalizará ou modificará a relação jurídica com seus parceiros, instituições públicas ou privadas, utilizando-se dos seguintes instrumentos previstos no Regulamento de Convênios da ABDI, exceto:

- (A) Plano Financeiro: instrumento regulamentador do montante financeiro aplicado nos contratos celebrados mediante as normas do Regulamento de Convênios da ABDI.
- (B) Acordo de Cooperação Técnica: instrumento cuja execução não envolva a transferência de recursos entre os partícipes.
- (C) Convênio: disciplina a transferência de recursos da ABDI a terceiros, visando à execução de ações de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação.
- (D) Convênio de Patrocínio: regulamenta a transferência de recursos da ABDI com o fim de apoiar, subsidiária e secundariamente, atividades e ações integrantes de projetos de responsabilidade de terceiros, relacionados à atividade fim da ABDI.
- (E) Termo Aditivo: utilizado para promover modificações nas cláusulas e condições ajustadas originalmente em convênios e nos acordos de cooperação.

QUESTÃO 48

Para o estabelecimento da relação interinstitucional com os parceiros da ABDI, adotam-se as seguintes definições do Regulamento de Convênios da ABDI, exceto:

- (A) Concedente: será sempre a ABDI que vem a ser a detentora dos programas e conta com os recursos necessários à efetivação da transferência.
- (B) Executor: instituição pública ou privada que se responsabiliza diretamente pela execução física e financeira do convênio.
- (C) Coexecutor: instituição pública ou privada que participa do convênio para atuar como corresponsável pela execução física e/ou financeira do objeto pactuado.
- (D) Interveniente: instituição pública ou privada que participa do convênio para executar exclusivamente as metas físicas, sem se envolver com os aspectos financeiros referentes às ações pactuadas.
- (E) Mandatário: pessoa que vai executar as normas da ABDI e cumprir mandados recebidos, executor dos atos ordenados ou autorizados pelo mandante.

QUESTÃO 49

Assinale a alternativa que contém os elementos do Plano de Trabalho previsto no Regulamento de Convênios da ABDI.

- (A) Cadastro dos órgãos ou entidades e de seus dirigentes; e detalhamento dos participantes.
- (B) Proposta de aquisição de equipamentos e material permanente, se houver; e cronograma de recebimento de recursos.
- (C) Detalhamento das despesas; e cadastro dos órgãos ou entidades e de seus dirigentes.
- (D) Proposta de aquisição de equipamentos e material permanente, se houver; e detalhamento dos participantes.
- (E) Cronograma de recebimento de recursos; e Projeto Básico.

QUESTÃO 50

Conforme o disposto no Regulamento de Convênios da ABDI, os recursos transferidos pela ABDI para execução do convênio não poderão, no todo ou em parte, ser aplicados em outras atividades não previstas no Plano de Trabalho, ainda que em caráter de emergência. São vedações previstas no Regulamento de Convênios da ABDI em relação ao tema proposto, exceto:

- (A) Despesas diversas daquelas aprovadas pela ABDI; e despesas com obrigações trabalhistas alheias ao objeto do convênio.
- (B) Despesas com obrigações previdenciárias e/ou tributárias não relacionadas diretamente com o objeto do convênio; e rendimentos de aplicações financeiras.
- (C) Pagamento de encargos de natureza civil, multas, juros ou correção monetária; e pagamento de taxas de administração, gerência ou similares.
- (D) Aquisição de bens de capital que contribua diretamente no processo produtivo, ou em immobilizações no país ou exterior; e aquisição de passagens e pagamento de diárias e hospedagens de empresários e/ou dirigentes, salvo se estiverem executando atividade prevista no plano de trabalho.
- (E) Despesas de representação sindical; e confecção, aquisição ou distribuição de presentes com finalidades promocionais.

QUESTÃO 51

Analise as alternativas e assinale a incorreta, a respeito dos órgãos de direção da ABDI, de acordo com a Lei nº 11.080/2004.

- (A) Diretoria Executiva, composta por um Presidente e dois Diretores.
- (B) Conselho Deliberativo, composto por quinze membros.
- (C) Conselho Econômico, composto por três membros.
- (D) O Conselho Deliberativo será composto por oito representantes do Poder Executivo e sete representantes de entidades privadas, titulares e suplentes, escolhidos na forma estabelecida em regulamento, com mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos uma única vez por igual período.
- (E) O Conselho Fiscal será composto por dois representantes do Poder Executivo e um da sociedade civil, titulares e suplentes, escolhidos na forma estabelecida em regulamento, com mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos uma única vez por igual período.

QUESTÃO 52

Assinale a alternativa incorreta a respeito dos órgãos deliberativo e fiscal da ABDI, conforme dispõe a Lei nº 11.080/2004.

- (A) A destituição de membros dos Conselhos Deliberativo e fiscal não foi autorizada por regulamento, foi apenas aprovada por esse instrumento legislativo de competência da ABDI.
- (B) O Presidente e os Diretores da Diretoria Executiva da ABDI serão escolhidos e nomeados pelo Presidente da República.
- (C) O mandato do Presidente e Diretores da Diretoria Executiva da ABDI será de 4 anos, podendo ser exonerados a qualquer tempo pelo Presidente da República.
- (D) Existe a previsão legal de exoneração de ofício por proposta do Conselho Deliberativo, aprovada a maioria absoluta de seus membros, para o Presidente e Diretores da Diretoria Executiva da ABDI.
- (E) As competências e atribuições do Conselho Deliberativo, do Conselho Fiscal e dos membros da Diretoria Executiva serão estabelecidas em regulamento.

QUESTÃO 53

É correto afirmar, sobre as obrigações da ABDI, conforme o disposto na Lei nº 11.080/2004:

- (A) Apresentar, anualmente, ao Poder Legislativo, até 31 de janeiro, relatório circunstanciado sobre a execução do contrato de gestão no exercício anterior, com a prestação de contas dos recursos públicos nele aplicados, a avaliação geral do contrato de gestão e as análises gerenciais cabíveis.
- (B) Definir os termos do contrato de gestão, que estipulará as metas e objetivos, os prazos e responsabilidades para sua execução e especificação dos critérios para avaliação da aplicação dos recursos a ela repassados.
- (C) Remeter ao Tribunal de Contas da União, até 31 de março do ano seguinte ao término do exercício financeiro, as contas da gestão anual aprovadas pelo Conselho Deliberativo.
- (D) Aprovar, anualmente, o orçamento-programa da ABDI para execução das atividades previstas no contrato de gestão e articular-se com os órgãos públicos e entidades privadas para o cumprimento de suas finalidades.
- (E) Disponibilizar informações técnicas, creditícias, entre outras, que contribuam para o desenvolvimento industrial brasileiro e apreciar o relatório de gestão e emissão de parecer sobre o cumprimento do contrato de gestão da ABDI.

QUESTÃO 54

É incorreto afirmar, a respeito dos contratos de gestão da ABDI, conforme disposto na Lei nº 11.080/2004:

- (A) Na elaboração do contrato de gestão, devem ser observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- (B) Na elaboração do contrato de gestão, prevê-se, expressamente, a especificação do programa de trabalho, a estipulação das metas a serem atingidas e os respectivos prazos de execução, bem como previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de qualidade e produtividade.
- (C) O contrato de gestão assegurará à Diretoria Executiva da ABDI a autonomia para a contratação e administração de pessoal, sob regime da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.
- (D) O processo de seleção para admissão de pessoal efetivo da ABDI deverá ser precedido de edital publicado no DOU – Diário Oficial da União, observando-se os princípios da impessoalidade, moralidade e publicidade.
- (E) O contrato de gestão estipulará limites e critérios para a despesa com remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem percebidas pelos empregados da ABDI e conferirá à Diretoria Executiva poderes para fixar níveis de remuneração para o pessoal da entidade, em padrões compatíveis com os respectivos mercados de trabalho, segundo o grau de qualificação exigido e os setores de especialização profissional.

QUESTÃO 55

Constituem receitas adicionais da ABDI, de acordo com o disposto na Lei nº 11.080/2004:

- (A) Recursos transferidos para a ABDI em função de doações consignadas no Orçamento-Geral da União, créditos suplementares, transferências ou repasses.
- (B) Recursos provenientes de convênios, acordos, propostas e contratos celebrados com entidades sem fins lucrativos, organismos internacionais e empresas públicas.
- (C) Dotações, legados extrapatrimoniais, subvenções estatais e não estatais, bem como outros recursos que lhe forem destinados e os decorrentes de decisão judicial.
- (D) Valores apurados com a venda ou aluguel de bens móveis e imóveis de sua propriedade.
- (E) Rendimentos resultantes de aplicações financeiras e de capitais, quando autorizadas pelo Presidente da República e pelo Conselho Deliberativo.

QUESTÃO 56

É correto informar que são órgãos de direção da ABDI, conforme determina o Decreto nº 5.352/2005:

- (A) O Conselho Deliberativo e o Conselho Financeiro.
- (B) O Conselho Financeiro e o Conselho Fiscal.
- (C) O Conselho Financeiro e a Diretoria-Executiva.
- (D) A Diretoria Executiva e o Conselho Econômico.
- (E) O Conselho Fiscal e a Diretoria-Executiva.

QUESTÃO 57

O Conselho Deliberativo, órgão superior de direção da ABDI, é responsável pelas seguintes matérias, de acordo com o disposto no Decreto nº 5.352/2005, exceto:

- (A) Aprovar o estatuto social da entidade, observado o disposto na Lei nº 11.080/2004, e aprovar a política de atuação institucional, em consonância com o contrato de gestão celebrado com o Poder Executivo, de acordo com o disposto na mesma lei.
- (B) Deliberar sobre: o planejamento estratégico da ABDI, os planos de trabalho anuais e os relatórios de acompanhamento e avaliação, inclusive o relativo ao contrato de gestão firmado com o Poder Executivo.
- (C) Deliberar sobre a proposta do orçamento-programa e o plano de aplicações apresentados pela Diretoria Executiva e aprovar as demonstrações contábeis e a respectiva prestação de contas da Diretoria Executiva.
- (D) Deliberar sobre a proposta da Diretoria Executiva referente ao plano de gestão de pessoal e ao plano de cargos, salários e benefícios, assim como sobre o quadro de pessoal e sobre a proposta de manual de licitações e de contratos elaborados pela Diretoria Executiva, e suas posteriores alterações.
- (E) Fixar o valor da remuneração dos membros da Diretoria Executiva, observado o disposto na Lei nº 11.080/2004 e exercer outras competências que o estatuto atribuir, lembrando-se que o Conselho deliberará mediante resoluções, por maioria absoluta, observado o quórum mínimo de dois terços de seus membros, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

QUESTÃO 58

O Conselho Deliberativo será composto por um representante de cada um dos órgãos e entidades públicas e privadas a seguir relacionados, com seus respectivos suplentes, sendo correto afirmar que são representantes do Poder Executivo, exceto:

- (A) Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Casa Civil da Presidência da República.
- (B) Ministério da Ciência e Tecnologia e Ministério da Fazenda.
- (C) BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- (D) IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e CNI – Confederação Nacional da Indústria.
- (E) BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e Ministério da Integração Nacional.

QUESTÃO 59

O Conselho Fiscal é órgão responsável pela fiscalização e controle interno da ABDI. Assinale a alternativa incorreta a respeito do Conselho Fiscal, conforme determina o Decreto nº 5.352/2005.

- (A) São atribuições do Conselho Fiscal: fiscalizar a gestão administrativa, orçamentária, contábil e patrimonial da ABDI, compreendendo os atos do Conselho Deliberativo e da Diretoria Executiva, observado o disposto no contrato de gestão; e deliberar sobre as demonstrações contábeis.
- (B) O Conselho Fiscal será composto por um representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, um representante do Ministério da Fazenda e um representante da sociedade civil, e seus respectivos suplentes, todos designados para um período de três anos, sem remuneração, permitida uma recondução.
- (C) O Presidente do Conselho Fiscal será eleito dentre os membros, para um período de dois anos, vedada a recondução.
- (D) O representante da sociedade civil no Conselho Fiscal será designado pelo Ministro de Estado de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.
- (E) O Conselho Fiscal, a pedido de qualquer dos seus membros, poderá solicitar aos órgãos da administração da ABDI informações ou esclarecimentos, desde que relativos à sua função fiscalizadora, bem como a elaboração de demonstrações contábeis específicas.

QUESTÃO 60

Analisando-se o disposto no Decreto nº 5.352/2005, é correto afirmar que constituem receitas da ABDI, exceto:

- (A) Recursos que lhe forem transferidos em decorrência de dotações consignadas no Orçamento-Geral da União, créditos adicionais, transferências ou repasses.
- (B) Recursos provenientes de convênios, acordos e contratos celebrados com pessoas físicas, entidades, organismos internacionais e empresas.
- (C) Doações, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados, bem como os recursos decorrentes de decisão judicial.
- (D) Valores apurados com a venda ou aluguel de bens móveis e imóveis de sua propriedade.
- (E) Rendimentos resultantes de aplicações financeiras e de capitais, quando autorizadas pelo Conselho Deliberativo.

QUESTÃO 61

A ABDI – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial é pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, de interesse coletivo e de utilidade pública. Conforme o previsto no Estatuto do Serviço Social Autônomo da ABDI, é correto afirmar:

- (A) A ABDI tem sede e foro na cidade de Brasília – Distrito Federal, sendo-lhe permitido abrir e manter filiais, escritórios e representações por todos os Estados brasileiros, mas não no exterior.
- (B) A ABDI, como uma pessoa jurídica de direito privado, tem prazo de duração estabelecido em lei e previsão de renovação a cada cinco anos, conforme determina o Estatuto do Serviço Social Autônomo da instituição.
- (C) A ABDI tem por finalidade promover a execução de políticas de desenvolvimento industrial, especialmente as que contribuam para a geração de empregos e renda, em consonância com as políticas de comércio exterior e de ciência e tecnologia.
- (D) São órgãos de direção da ABDI: Conselho Deliberativo, integrado por quinze conselheiros; Conselho Fiscal, integrado por três conselheiros; Agência Brasileira de Desenvolvimento Econômico; e DIREX – integrada por três membros, sendo um Presidente, um vice-Presidente e um Diretor.
- (E) Aos órgãos e entidades privadas representadas nos Conselhos, bem como aos seus respectivos representantes e aos membros da DIREX, não será atribuída responsabilidade solidária ou subsidiária quanto aos atos praticados no exercício de suas funções, em cumprimento da imunidade recíproca por decisão do Colegiado, em observância ao Regulamento e legislação pertinentes.

QUESTÃO 62

A vacância das funções de conselheiro é determinada pelo Estatuto do Serviço Social Autônomo da ABDI, sendo realizada por dois terços de seus membros. Assinale a alternativa incorreta sobre a motivação da vacância das funções de conselheiro.

- (A) Perda do cargo ou função pública motivada por condenação em processo administrativo disciplinar.
- (B) Declaração, pelo Conselho Deliberativo, de que o procedimento do Conselheiro é incompatível com a moralidade e o decoro administrativo, mediante processo administrativo disciplinar prévio.
- (C) Omissão, quanto às obrigações estatutárias.
- (D) Condenação, em processo judicial, com decisão transitada em julgado, motivada por ação ou omissão incompatível com suas obrigações de Conselheiro.
- (E) Ausência injustificada a três reuniões ordinárias consecutivas ou a seis reuniões, ordinárias ou extraordinárias, alternadas durante o prazo do mandato.

QUESTÃO 63

O Conselho Deliberativo da ABDI é órgão Colegiado de deliberação superior e será integrado por quinze Conselheiros, sendo oito representantes dos órgãos do Poder Executivo e sete representantes das entidades privadas. A respeito das entidades privadas relacionadas no Estatuto do Serviço Social Autônomo da ABDI, assinale a alternativa em que não se encontra uma das entidades participantes do Conselho Deliberativo:

- (A) Todos os órgãos do Poder Executivo e o Ministério do Comércio Exterior.
- (B) Ministério da Integração Nacional e Casa Civil da Presidência da República.
- (C) Ministério da Fazenda e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.
- (D) Ministério da Ciência e Tecnologia e órgãos do Poder Executivo.
- (E) BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e Ministério da Integração Nacional.

QUESTÃO 64

São competências do Conselho Deliberativo definidas no Estatuto do Serviço Social Autônomo da ABDI, exceto:

- (A) Eleger seu Presidente e Vice-Presidente; aprovar o Estatuto Social da ABDI, bem como definir as posteriores reformas.
- (B) Aprovar a política de atuação institucional em consonância com o contrato de gestão celebrado com o Poder Executivo, de acordo com o disposto na Lei nº 11.080/2004, bem como deliberar acerca do planejamento estratégico da ABDI.
- (C) Deliberar sobre os planos de trabalho anuais e respectivos relatórios anuais de acompanhamento e avaliação, inclusive quanto ao contrato de gestão firmado com o Poder Executivo.
- (D) Deliberar sobre a proposta do orçamento-programa e do plano de aplicações.
- (E) Deliberar sobre as demonstrações contábeis, inclusive quanto à prestação de contas do contrato de gestão firmado com o Poder Executivo, após a deliberação do Conselho Fiscal.

QUESTÃO 65

Compete ao Conselho Fiscal da ABDI, conforme disposto no Estatuto do Serviço Social Autônomo da ABDI, exceto:

- (A) Eleger seu Presidente; fiscalizar as gestões administrativa, orçamentária, contábil e patrimonial da ABDI, compreendendo os atos do Conselho Deliberativo da DIREX, observado o disposto no contrato de gestão.
- (B) Deliberar sobre as demonstrações contábeis elaboradas pela DIREX, inclusive: quanto à prestação de contas do contrato de gestão firmado com o Poder Executivo; e examinando e emitindo parecer acerca dos balancetes contábeis.
- (C) Emitir parecer, quando solicitado, sobre a alienação ou oneração de bens imóveis; e analisar, quando solicitado pelo Conselho Deliberativo ou pela DIREX, outras matérias de sua área de competência, opinando sobre elas.
- (D) O Conselho Fiscal, a pedido de qualquer dos seus membros, solicitará aos órgãos da administração da ABDI informações ou esclarecimentos, desde que relativos à sua função fiscalizadora, bem como a elaboração de demonstrações financeiras ou contábeis específicas.
- (E) Emitir parecer, quando solicitado, sobre a situação financeira-fiscal da ABDI para o público em geral, em respeito ao Princípio da Publicidade dos atos administrativos e transparência pública mediante autorização do Presidente por escrito.

QUESTÃO 66

Conforme o Manual de Redação de Correspondências Oficiais, Relatórios Executivos e Normas Técnicas, podemos compreender a existência de três tipos de expedientes que se diferenciam pela finalidade: ofício, aviso e memorando. A diagramação de cada um deles deve ser única e padronizada. A respeito da modalidade **memorando**, é correto afirmar:

- (A) O memorando é uma modalidade de comunicação interna e externa, tanto entre unidades administrativas da ABDI como entre unidades administrativas e setores públicos, exceto no que tange às comunicações oficiais ao público.
- (B) Em relação à comunicação interna, o memorando pode ser utilizado para unidades de mesma hierarquia, chefias imediatas, unidades diretamente subordinadas ou qualquer funcionário ou empregado da ABDI, desde que encaminhado com cópia para a chefia imediata.
- (C) O memorando é um dos principais instrumentos para a comunicação oficial entre os dirigentes da ABDI, desde que estes estejam na mesma localidade.
- (D) Tendo-se em vista a agilidade dos procedimentos abarcados pelo memorando, não se exige numeração sequencial, bastando a identificação da data de emissão para o controle interno.
- (E) A principal característica do memorando é sua agilidade; a tramitação do memorando em qualquer órgão ou unidade da ABDI deve pautar-se pela simplicidade e rapidez dos procedimentos burocráticos.

QUESTÃO 67

O Manual de Redação de Correspondências Oficiais, Relatórios Executivos e Normas Técnicas traz diversos modelos de expedientes oficiais que devem ser utilizados, mediante uma redação padronizada e oficial. Sobre o conceito e características da Redação Oficial, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Redação oficial é o meio utilizado para o estabelecimento de relações de serviço na administração pública e corresponde ao modo uniforme de redigir atos normativos e comunicações oficiais.
- (B) As entidades e órgãos oficiais brasileiros devem contar com um profissional redator para a elaboração da Redação Oficial, que são textos literários para publicação, representação e outras formas de veiculação; para tanto, exige-se a criação de projetos literários mediante pesquisa de temas e esquemas preliminares.
- (C) Para o alcance da efetividade nas relações, são traçadas normas de linguagem e padronização no uso de fórmulas e estética para as comunicações escritas oficiais, as quais são revestidas de certas peculiaridades restritas ao meio.
- (D) As comunicações oficiais devem primar pela objetividade, transparência, clareza, simplicidade e impessoalidade, sem exceções.
- (E) A redação oficial, da qual se permite extrair uma única interpretação, há de procurar ser compreensível não apenas pelos órgãos oficiais, mas também por todo e qualquer cidadão brasileiro.

QUESTÃO 68

A respeito dos princípios que regem o Manual de Redação de Correspondências Oficiais, Relatórios Executivos e Normas Técnicas, é correto afirmar que:

- (A) O tratamento que deve ser dado aos assuntos próprios das comunicações oficiais, em respeito ao Princípio da Impessoalidade, decorre: da ausência de impressões individuais de quem comunica, sendo sempre do Serviço Público que é feita a comunicação; da impessoalidade de quem recebe a comunicação homogênea e impessoal, salvo exceções previstas em lei; e do caráter impessoal do assunto tratado, exceto as questões previstas em Regulamento e na legislação pertinente.
- (B) O princípio da clareza nas comunicações traz as seguintes características: dependência da organização do pensamento e da organização do texto de forma que o texto apresente coerência, mediante a análise pelo Redator concursado ou contratado, respeitada sua interpretação e livre convencimento, desde que apresentados subsídios para a análise das informações.
- (C) Os documentos escritos devem obedecer aos requisitos: frases diretas sem inversão dos períodos, estrutura ordenada de apresentação da abertura e detalhamentos necessários por ordem de importância, interesse e urgência; e encaminhamento com parágrafos e frases de até cinco linhas com apenas uma ideia central e palavras de uso corrente na voz ativa e no futuro do presente do subjuntivo.
- (D) A concisão é um princípio da Redação Oficial e consiste em transmitir o máximo de informações com o mínimo de palavras, sendo suas características: conhecimento do assunto, eliminação de palavras inúteis, manutenção de emprego cuidadoso com adjetivos, articulação da linguagem, não emprego de sinonímia no texto ou de expressões de duplo sentido, construção de orações na ordem direta, uniformidade verbal, recursos gramaticais e de pontuação de forma sensata e disciplina com o uso de expressões e fórmulas prolixas.
- (E) Uso de fechos é uma das características essenciais da Redação Oficial e se diferencia entre autoridades superiores, usando-se a expressão “atenciosamente” e entre autoridades de mesma hierarquia, usando-se a expressão “respeitosamente”.

QUESTÃO 69

O Manual de Redação de Correspondências Oficiais indica normas aplicáveis aos pronomes de tratamento. A respeito dos pronomes de tratamento, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Excelentíssimo para: Presidente da República.
- (B) Eminentíssimo para: Reitor de Universidades.
- (C) Santíssimo Padre para: os Papas.
- (D) Reverendíssimo Senhor para: Chefes do Poder Executivo.
- (E) Excelentíssimo para: Presidente do Congresso Nacional.

QUESTÃO 70

Destaques e Números são elementos presentes nos documentos oficiais de toda instituição pública ou privada. Acerca dos Destaques e Números constantes no Manual de Redação de Correspondências Oficiais, é incorreto afirmar que:

- (A) O documento pode ser escrito em língua portuguesa ou estrangeira, observando-se a tradução obrigatória por tradutor juramentado nos casos de documentos e destaques escritos em língua estrangeira.
- (B) A separação de palavras deve ser evitada. Se, entretanto, for inevitável, não se separam: algarismos, nomes próprios, valores, siglas e ditongos.
- (C) Tratando-se de números redondos, utilizam-se sempre por extenso as medidas que exprimem comprimentos ou distâncias.
- (D) É permitida a utilização de abreviaturas para os títulos e tabelas.
- (E) A indicação do ano não deve conter ponto entre as casas de milhar e centenas.

RASCUNHO

PROVA DISCURSIVA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

1. Ao receber a sua FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO para a elaboração de sua resposta, verifique imediatamente se o número de sequência (canto superior direito) confere com o número impresso no seu CARTÃO-RESPOSTA.
2. A prova discursiva deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta; não serão permitidas interferências e/ou participação de outras pessoas.
3. A FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO da prova discursiva **não poderá ser assinada, rubricada ou conter, em outro local, que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que possibilite a identificação do candidato.** Portanto, a detecção de qualquer marca identificadora, no espaço destinado à transcrição do texto definitivo, acarretará a anulação da prova.
4. A FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO será o único documento válido para avaliação da prova. A folha rascunho no caderno de provas é de preenchimento facultativo e não valerá para tal finalidade.
5. A resposta deverá ter extensão mínima de 15 linhas e máxima de 30 linhas.
6. O candidato receberá nota 0 (zero) na prova discursiva em casos de fuga ao tema ou ao gênero proposto, de haver texto com quantidade inferior a 15 (quinze) linhas, de não haver texto, de não haver respeito à estrutura textual, de identificação em local indevido, se o texto for escrito a lápis ou caneta de cor diferente da especificada no subitem 2 acima, ou apresentar letra ilegível.

QUESTÃO

A seção IX da Constituição Federal, em seus artigos 70 a 74, dispõe sobre a Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária, atividade importante na área de controle interno-auditoria. Discorra sobre os respectivos artigos, citando seus principais aspectos.

FOLHA RASCUNHO

Em hipótese alguma será considerado o texto escrito neste espaço.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	